

# Réplica

ASSOCIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Revista Réplica

Ano 43 - Nº 11 | NOVEMBRO 2024

[www.amprs.com.br/jornal-replica](http://www.amprs.com.br/jornal-replica)



XVI Congresso Estadual do MPRS

## O Congresso da Reconstrução



## Sumário

03	Carta ao Leitor
04	O congresso da reconstrução
05	Noite de homenagens e agradecimentos
06	Eleições Municipais em debate
07	Como será o MP do futuro?
08	Estratégias de combate ao crime
09	Atuação em desastres
10	Desafios da reconstrução
11	O papel das empresas
12	Palestras marcaram evento
14	Comissões e colegiados se reuniram em Gramado
16	Espaço para teses e manifestações
18	<b>ENTREVISTA</b> João Ricardo Santos Tavares
21	<b>MEMORIAL</b> Fragmentos da nossa história
23	<b>CRÔNICA</b> Liberdade de imprensa é fundamental   por <b>Cláudio Brito</b> Título da Crônica   por <b>Marta Leiria</b>
23	<b>CRÔNICA</b> A invasão dos bárbaros   por <b>Mário Cavalheiro Lisbôa</b>



**REVISTA RÉPLICA**  
ANO 43 – N° 11 | Novembro de 2024

Após um dos períodos mais desafiadores da história do Rio Grande do Sul, o Congresso Estadual do Ministério Público, principal evento da AMP/RS, foi realizado de 11 a 14 de setembro no hotel Wish Serrano Resort, em Gramado. Com o tema “Desafios da Modernidade: Sustentabilidade e Desenvolvimento”, o evento contou com mais de 38 horas de atividades científicas, reunindo 701 participantes, entre promotores, procuradores, autoridades e palestrantes de todo o Brasil. O congresso marcou o início da reconstrução do estado após as enchentes de maio, trazendo debates atuais e de interesse tanto para os membros do MP quanto para a sociedade. Na capa desta edição, a Revista Réplica destaca um mosaico de imagens que retrata a variedade de temas e palestrantes presentes no XVI Congresso Estadual do Ministério Público.

### EXPEDIENTE

**Réplica** é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

#### PRESIDENTE

João Ricardo Santos Tavares

#### VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Andrade Alves

#### VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

André de Azevedo Coelho

#### VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Henrique Rech Neto

#### VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Karine Camargo Teixeira

#### VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO

Márcia Regina Nunes Villanova

#### VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS

Guacira Almeida Martins

#### DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

#### COMITÊ EDITORIAL

André de Azevedo Coelho

Alessandra Moura Bastian da Cunha

Cláudio Barros Silva

Cláudio Brito

Fernando Andrade Alves

Karine Camargo Teixeira

Márcia Regina Nunes Villanova

Mário Cavalheiro Lisbôa

#### EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento

Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento

CEP 90430-001 – Porto Alegre (RS)

[core@corecomunicacao.com.br](mailto:core@corecomunicacao.com.br)

(51) 3017-1284

#### REPORTAGEM

Lucas Rivas (MTB 16.177)

Leonardo Boff

Leonardo Duarte

#### FOTOS DO CONGRESSO

Maria Clara Hoff Corrêa

Rafael Cavalli

Cleiton Thiele

Caco Barzi

#### EDIÇÃO E REVISÃO

Mariana Oselame (MTB 13.040)

Catia Bandeira (MTB 7.212)

#### DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento / Prana Design & Cultura

R. Nova Divineia, 70 – Cx. Postal 01 – Village

CEP: 88780-000 – Imbituba (SC)

[rafael.sarmento@pranacultura.com](mailto:rafael.sarmento@pranacultura.com)

(51) 991.699.944

#### IMPRESSÃO

Editora São Miguel

Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo

CEP 90230-010 – Caxias do Sul (RS)

(54) 3220.3232

#### TIRAGEM

1.500 exemplares



## Carta ao leitor

Caro colega,

É com grande satisfação que entregamos esta edição especial da Revista Réplica, a última sob minha gestão na AMP/RS. Nossa proposta é proporcionar a você uma imersão na edição histórica do XVI Congresso Estadual do Ministério Público, que reuniu mais de 700 promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça, membros jubilados, pensionistas, palestrantes e autoridades de todo o País, em Gramado, na Serra Gaúcha, entre os dias 11 e 14 de setembro deste ano.

O Congresso deste ano teve um significado especial, pois foi realizado em um momento de reconstrução para o Rio Grande do Sul, após as enchentes de maio. Ele não apenas reafirmou a força da AMP/RS, mas também destacou a dedicação do Ministério Público brasileiro em debater questões essenciais para a sociedade, como a sustentabilidade e os desafios da modernidade.

Nesta edição, reunimos o que foi discutido nos painéis, nas palestras, nas reuniões paralelas e durante a apresentação de teses, destacando a alta qualificação dos participantes e a busca pelo aperfeiçoamento institucional. Este número da Revista Réplica também registra a leitura da Carta de Gramado ao final do congresso, realizada pelo vice-presidente Administrativo e Financeiro, Fernando Andrade Alves, com os principais pontos discutidos durante o evento.

Nas próximas páginas, você encontrará uma entrevista em que avalio meus quatro anos à frente da AMP/RS, os avanços conquistados, os desafios futuros e o legado deixado por minha gestão. Ser eleito presidente da Associação foi uma honra e uma responsabilidade que levei com muita seriedade.

Ao final deste número da Revista Réplica, além dos tradicionais artigos do procurador de Justiça jubilado e diretor desta publicação, Mário Cavalheiro Lisbôa, e do promotor de Justiça jubilado e jornalista Cláudio Brito, apresentamos uma contribuição do assessor especial da presidência, Cláudio Barros Silva, que escreve sobre a relevância do Congresso Estadual do Ministério Público gaúcho ao longo de suas dezesseis edições.

Espero que esta edição consiga transmitir a essência do XVI Congresso Estadual do Ministério Público e o sentimento de união que marcou esses dias inesquecíveis em Gramado.

Boa leitura!

João Ricardo Santos Tavares  
Presidente da AMP/RS

# O congresso da reconstrução

Quatro meses após as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul, o Ministério Público gaúcho se reuniu, em Gramado, para discutir os principais desafios da modernidade



Foto: Rafael Cavalli

Presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, discursa na solenidade de abertura do XVI Congresso Estadual do MP, no Wish Serrano Resort, em Gramado

**A** exemplo do que já havia acontecido em 2022, o Ministério Público gaúcho viveu uma edição histórica do seu tradicional Congresso Estadual, em 2024, entre os dias 11 e 14 de setembro. Quatro meses após as inundações que devastaram o Rio Grande do Sul, mais de 700 promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça estiveram reunidos, em Gramado, para discutir um tema que não poderia ser mais atual: "Desafios da Modernidade: Sustentabilidade e Desenvolvimento".

Na noite da quarta-feira, 11 de setembro, diante de uma plateia que não mediu esforços para estar presente no Wish Serrano Resort – muitos enfrentaram longas viagens de carro em virtude do fechamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre –, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, declarou aberta a décima sexta edição do evento em uma cerimônia marcada por discursos que enaltecem a resiliência do povo gaúcho.

“Não tenho dúvidas de que, não só pela história do nosso povo que tem seu DNA forjado na luta, mas por tudo o que vimos e vivemos durante esse ano de 2024, o Rio Grande sairá muito maior do que antes. Maior pelo muito de amor, de solidariedade, de companheirismo, de união, de força e de exemplo que recebemos daqui e de todas as partes do País e do mundo. Foi um mar de doações, de voluntários, das forças do Estado, todos de mãos dadas em todas as partes do Rio Grande prestando auxílio aos atingidos”, destacou.

A cerimônia também contou com discursos do presidente da CONAMP, Tarcísio Bonfim; do corregedor nacional do Ministério Público, Ângelo Fabiano Farias da Costa; e do procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Alexandre Saltz, que falou em nome dos agraciados com a Comenda Dirceu Pinto. ■

# Noite de homenagens e agradecimentos



Da esquerda para a direita, a diretoria da AMP/RS e os homenageados com a Comenda Dirceu Pinto: Fernando Andrade Alves, Márcia Villanova, Karine Camargo Teixeira, Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Jorge Hélio Gisler Grecellé, Frederico Antunes, Francisco José Moesch, Alberto Delgado Neto (presidente do TJRS, que prestigiou a cerimônia de abertura), Ângela Salton Rotunno, João Ricardo Santos Tavares, Eva Margarida Brinques de Carvalho, Iris Helena Medeiros Nogueira, Alexandre Saltz, Guacira Almeida Martins, André de Azevedo Coelho e Henrique Rech Neto.



Foto: Rafael Cavalli

## HINO RIO-GRANDENSE

Em um dos momentos mais emocionantes da abertura, os alunos da Fábrica de Gaiteiros, projeto de resgate social e cultural idealizado pelo músico Renato Borghetti, interpretaram o Hino Rio-Grandense, arrancando lágrimas de muitos congressistas.

O ponto alto da cerimônia de abertura do XVI Congresso Estadual foi a outorga da Comenda Dirceu Pinto, maior honraria concedida pela AMP/RS, destinada a figuras públicas, lideranças comunitárias e membros do Ministério Público que se destacaram em suas áreas de atuação, na defesa dos interesses da sociedade e no fortalecimento das atividades da Instituição.

Em 2024, foram homenageadas as seguintes personalidades: o procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz; a procuradora de Justiça Angela Salton Rotunno; a corregedora-geral do Ministério Público, Eva Margarida Brinques de Carvalho; o desembargador aposentado Francisco José Moesch; o deputado estadual Frederico

Antunes; a desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira; o advogado e ex-superintendente da Assembleia Legislativa, Jorge Hélio Gisler Grecellé; e o ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

O procurador-geral de Justiça gaúcho fez um agradecimento em nome de todos os agraciados com a Comenda e destacou a relevância do XVI Congresso Estadual. "Este evento simboliza um importante avanço na reconstrução do Estado. Apoiamos uns aos outros, enfrentando as enchentes. Não houve espaço para recuo; aprendemos e nos adaptamos, orgulhosos de integrar o Ministério Público e enfrentar os desafios com determinação", afirmou. ■

 Rio Grande do Sul 534	 Paraíba 4	 Amazonas 8
 Distrito Federal 23	 Roraima 4	 Rio Grande do Norte 6
 Pará 18	 São Paulo 6	 Goiás 1
 Rio de Janeiro 6	 Maranhão 7	 Mato Grosso do Sul 3
 Amapá 3	 Ceará 4	 Santa Catarina 7
 Acre 15	 Espírito Santo 9	 Sergipe 2
 Minas Gerais 6	 Pernambuco 5	 Mato Grosso 2
 Piauí 10	 Paraná 1	 Tocantins 3
 Rondônia 1	 Bahia 13	

## Congresso em Números

- Conferências: **03**
- Painéis: **06**
- Palestrantes: **26**
- Reuniões paralelas: **7**
- Teses apresentadas: **6**
- Inscritos: **701**
- Estados e Distrito Federal representados: **26**
- Transporte de chegada e retorno para congressistas de fora do Rio Grande do Sul: **115**
- Refeições servidas nos três dias de evento: **1.600**

# Eleições Municipais em debate

Painel "A Atuação do Ministério Público nas Eleições 2024" debateu os principais desafios das eleições municipais de outubro



Da esquerda para a direita: Voltaire de Lima Moraes, Patrícia da Silveira Oliveira, Henrique Rech Neto e Rodrigo López Zílio

Com mediação do vice-presidente de Valorização Funcional da AMP/RS, Henrique Rech Neto, o painel "A Atuação do Ministério Público nas Eleições 2024" foi realizado na manhã da sexta-feira, 13 de setembro, com o objetivo de discutir os principais desafios das eleições municipais de outubro. "Destacar a atuação do Ministério Público nas eleições é de extrema importância, dada a sua função essencial durante o processo eleitoral. Abordar os desafios enfrentados pelos promotores que atuam na linha de frente, especialmente no interior do Estado, é fundamental para garantir uma atuação eficaz durante o pleito", afirmou o vice-presidente da AMP/RS.

Participaram como painelistas o presidente do TRE-RS, Voltaire de Lima Moraes; a desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Patrícia da Silveira Oliveira; e o coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Gael) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Rodrigo López Zílio.

A desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Patrícia da Silveira Oliveira, foi a primeira a falar destacando que as eleições municipais exigem um maior combate à violência política de gênero. "É nossa responsabilidade fazermos a diferença. A diferença não só em promover a justiça, mas em acolher e dar o devido encaminhamento para que a lei seja cumprida para todos e todas. Quando ocorre violência por conta de gênero ou

etnia, incluindo o ambiente virtual, estamos diante de uma política antidemocrática. A palavra de ordem é respeito. Não silenciar e não ser silenciada, além de saber ouvir", afirmou.

Um dos principais especialistas na área, o coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Gael) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Rodrigo López Zílio, compartilhou várias reflexões sobre o processo eleitoral. Em meio a esse cenário desafiador, ele destacou o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. "Embora o processo eleitoral brasileiro venha sendo bastante criticado, quero dizer que essa crise de legitimidade não é exclusividade do nosso sistema. Em 2010, as eleições americanas enfrentaram uma grande crise eleitoral, apesar de os Estados Unidos serem considerados a maior democracia do mundo. Podemos fazer críticas construtivas, mas não devemos permitir que críticas ferozes sejam disparadas com o intuito de se apropriar do poder", concluiu.

O painel foi encerrado pelo desembargador presidente do TRE-RS, Voltaire de Lima Moraes, que reafirmou a atuação da Corte Eleitoral para garantir a segurança do pleito. O ex-presidente da AMP/RS ressaltou a importância do MP nas eleições. "O MP desenvolve o que eu chamo de uma atuação completa, o que significa uma atuação global e abrangente em todo o sistema eleitoral. Entendo que o Ministério Público não pode abrir mão de sua condição de fiscal da ordem jurídica. Se houver espaço para isso, estará desvalorizando a Instituição. Deixo aqui essa reflexão", pontuou. ■



# Estratégias de combate ao crime

Painel reuniu especialistas para debater o enfrentamento às organizações criminosas no Rio Grande do Sul



Foto: Rafael Cavalli

Da esquerda para a direita: André Luis Dal Molin Flores, Maristela Schneider, André de Azevedo Coelho e Sandro Caron

O enfrentamento à criminalidade foi o foco do segundo painel realizado na sexta-feira, 13 de setembro. Intitulado "Combate às Organizações Criminosas", o encontro foi conduzido pelo vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, André de Azevedo Coelho. "O Ministério Público tem aprimorado continuamente suas ações contra as organizações criminosas, destacando-se e atingindo um elevado nível de especialização nesta área. É fundamental enfrentar o crime organizado, que serve como a base estrutural para todas as atividades ilícitas", afirmou.

Participaram do painel o secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Sandro Caron; a promotora de Justiça do 2º Núcleo Regional do Gaeco Metropolitana do MPRS, Maristela Schneider; e o promotor de Justiça e coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e do Núcleo de Inteligência do MPRS (NIMP), André Luis Dal Molin Flores.

O debate foi iniciado por Dal Molin, que destacou os principais eixos de atuação do MP: combate às organizações criminosas, lavagem de dinheiro, corrupção e crimes conexos. "Com planejamento estratégico, estamos implementando ações para enfrentar as organizações criminosas, alcançando resultados significativos com operações de grande impacto, de forma ágil e

eficaz. Estamos lidando com grupos que movimentam milhões e até ameaçam servidores e promotores. O Ministério Público continuará atuando com determinação e não recuará diante de ninguém; estamos enviando uma mensagem clara para o submundo", ressaltou.

Maristela Schneider falou na sequência, destacando que é fundamental mapear e traçar o perfil dos grupos criminosos que atuam no Estado para sufocar suas ações. "A expansão das organizações criminosas precisa ser uma preocupação primordial dos órgãos e agências de segurança pública. Precisamos atuar focados na asfixia financeira e econômica das facções para obtermos maiores resultados", afirmou.

O secretário da Segurança Pública, Sandro Caron, fechou o painel realçando os resultados obtidos na redução dos índices criminais, mencionando o trabalho em conjunto com o Ministério Público. "Atuamos de forma integrada e temos uma visão alinhada, em uma parceria permanente. O maior aliado das forças de segurança do RS é o Ministério Público. De forma planejada, estamos atuando na redução contínua dos indicadores criminais. Endosso que o ponto mais importante no combate ao crime organizado é a asfixia financeira, que é a descapitalização das organizações criminosas", finalizou. ■

# Atuação em desastres

Com a participação de colegas que estiveram na linha de frente nas inundações de maio, painel refletiu sobre o papel do Ministério Público nas tragédias climáticas



Da esquerda para a direita: Paulo Valério Dal Pai Moraes, João Paulo Fontoura de Medeiros, Patrícia Zanchi Cunha, Karine Camargo Teixeira, Ivana Kist Hupples Ferrazzo e Sérgio da Fonseca Diefenbach

Foto: Rafael Cavalli

Ainda sob as consequências da maior crise climática da história do Rio Grande do Sul, o painel "A atuação do Ministério Público no desastre climático" foi realizado na manhã da quinta-feira, 12 de setembro. A vice-presidente de Relações Institucionais da AMP/RS, Karine Camargo Teixeira, presidiu o debate, que contou com a presença de integrantes do MP que estiveram na linha de frente das inundações de maio. "O Ministério Público deve atuar onde a sociedade necessita, e essa crise climática reforçou essa mensagem", afirmou a dirigente da AMP/RS.

Para a promotora de Justiça e assessora na subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público, Patrícia Zanchi Cunha, o legado deixado pela maior tragédia ambiental do Estado irá servir de referência para episódios futuros. "Em maio, não havia tempo para reflexão e três palavras definiram nossa experiência: propósito, adaptabilidade e tecnologia. Se no Gasômetro as pessoas chegavam com hipotermia, na Promotoria da Santana não havia mais espaço suficiente para acolher as vítimas. Tudo acontecia ao mesmo tempo", destacou.

A promotora e coordenadora operacional do Núcleo Permanente de Autocomposição MP/RS-MEDIAR, Ivana Kist Hupples Ferrazzo, avaliou como positiva a atuação do Ministério Público durante a crise. "Com 468 municípios afetados, sem água e mobilidade, a atuação eficaz do MP transformou nossa instituição em uma entidade ainda mais relevante. Em um dia, tínhamos 56 abrigos; quatro dias depois, eram 186 apenas em Porto Alegre. Enfrentamos uma crise humanitária, onde abrigos eram criados em ginásios e igrejas, e conseguimos implementar nossa política pública de abrigos", concluiu.

O procurador de Justiça e coordenador técnico do Núcleo de Autocomposição do MP/RS-MEDIA, Paulo Valério Dal Pai Moraes, compartilhou as ações adotadas para enfrentar o cenário adverso. "Presenciamos a enchente impactar todas as nossas vidas. Organizamos as equipes de crise e fortalecemos nossa atuação. Com o reforço das estruturas internas, adotamos resoluções assertivas para melhorar o atendimento à população gaúcha. Foram decisões inovadoras, mas fundamentadas em consenso", disse.

O promotor de Justiça da Promotoria Regional Ambiental do Vale do Taquari, Sérgio da Fonseca Diefenbach, também fez um paralelo sobre os desafios da crise, desde a comunicação de alertas à gestão governamental dos impactos da tragédia. "Aquela chuva no Vale do Taquari não afetou apenas a região; ela possui uma explicação científica e envolve a contribuição da sociedade. Se há participação da sociedade, é crucial reconhecer a responsabilidade coletiva. Devemos adotar uma visão abrangente. A missão do Ministério Público é demonstrar que essa chuva tem uma causa mais ampla e buscar soluções para prevenir futuros desastres", afirmou.

Por fim, o promotor de Justiça Cível de Canoas/RS, João Paulo Fontoura de Medeiros, descreveu o cenário enfrentado em sua cidade. "Em Canoas, vivenciamos um cenário de guerra. Passamos 72 horas intensas, com o som constante das sirenes dos caminhões do Exército socorrendo e transportando vítimas para os abrigos. Sem prédios disponíveis, montamos uma força-tarefa para coordenar a segurança, fornecer alimentos e remédios, e atender às vítimas em abrigos improvisados", relatou. ■

# Desafios da reconstrução

Painelistas abordaram os principais aspectos do processo de reconstrução do Rio Grande do Sul sob a ótica da atuação do Ministério Público



Foto: Rafael Cavalli

Da esquerda para a direita: José Alexandre da Silva Zachia Alan, Sílvia Cappelli, Márcia Regina Nunes Villanova e Andrea Almeida Barros

Realizado na tarde de sexta-feira, 13 de setembro, o painel “Desafios da Reconstrução do Rio Grande do Sul” contou com a participação de três palestrantes: o promotor de Justiça da Promotoria Especializada de Pelotas, José Alexandre da Silva Zachia Alan; a promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, Andrea Almeida Barros; e a procuradora de Justiça e Coordenadora do Gabinete de Estudos Climáticos – GabClima MP/RS, Sílvia Cappelli.

A mediação do debate foi da vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento da AMP/RS, Márcia Regina Nunes Villanova. “Diante dessa tragédia sem precedentes, o Ministério Público teve um papel fundamental ao prestar socorro e amparo às vítimas das enchentes. Este processo de reconstrução é complexo e desafiador, e foi por isso que este painel foi organizado: para debater os caminhos traçados pelo MP no esforço de reerguer o estado e retomar as atividades de forma segura e eficiente”, afirmou a dirigente da AMP/RS.

O promotor de Justiça da Promotoria Especializada de Pelotas, José Alexandre da Silva Zachia Alan, destacou a importância de uma atuação rigorosa durante esse momento de crise. “Precisamos intensificar a vigilância durante esse período de reconstrução. Para se fazer justiça de fato, devemos

estar presentes e vivenciar os fatos. É necessário estar atento e enfrentar as diversas improbidades que surgem, desde a realização de contratos emergenciais até a comprovação de todas as evidências necessárias”, pontuou.

De acordo com a promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, Andrea Almeida Barros, o cenário foi de destruição completa. “Há muito a fazer, incluindo a recuperação da mata ciliar ao redor dos rios. No entanto, antes disso, é essencial restaurar o solo e implementar programas de monitoramento. O Ministério Público deve continuar exercendo uma função essencial na fiscalização dessas iniciativas, garantindo um ambiente sustentável para as gerações futuras”, frisou.

Para a procuradora de Justiça e Coordenadora do Gabinete de Estudos Climáticos – GabClima MP/RS, Sílvia Cappelli, os desafios impostos pela catástrofe climática também reverberam na atuação das promotoras na ponta e em eventos futuros. “A mudança climática é o grande desafio do MP. Como o direito não é linear, frequentemente enfrentamos a sobreposição de questões como Direito à moradia e preservação ambiental, especialmente em casos de enchentes. Por isso, devemos seguir trabalhando de forma integrada e eficiente para criar soluções que integrem e sintetizem nossas decisões”, finalizou. ■

# O papel das empresas

Representantes da CMPC Brasil, RGE, CEEE Equatorial e Softplan participaram do painel que discutiu a reconstrução do Estado sob a perspectiva da iniciativa privada



Foto: Rafael Cavalli

Da esquerda para a direita: Júlio Eloi Hofer, Paloma Zimmer, Tarcísio Bonfim, Fábio Calvo Silva e Augusto Robert

Na tarde da quinta-feira, 12 de setembro, em Gramado, o XVI Congresso Estadual do MPRS reuniu representantes da iniciativa privada para debater a reconstrução do Rio Grande do Sul. A mediação foi do presidente da CONAMP, Tarcísio Bonfim. O painel contou com a participação do diretor de Assuntos Corporativos da CMPC Brasil, Augusto Robert; do gerente de Serviços Comerciais da RGE, Fábio Calvo Silva; do assessor de Relações Institucionais da CEEE Equatorial, Júlio Eloi Hofer; e da especialista em Inteligência de Mercado da Softplan Setor Público, Paloma Zimmer.

Fábio Calvo Silva iniciou o debate fazendo um alerta quanto aos prejuízos sofridos pelo sistema energético gaúcho durante as enchentes de maio e as alternativas encontradas para superar a crise vivida. “A falta de infraestrutura terrestre nos impediu de realizar uma série de atendimentos. Tivemos que utilizar aeronaves para acessar áreas alagadas e restabelecer o fornecimento a clientes, além do emprego de drones. Estamos focados em soluções que promovam resiliência operacional e melhorias na infraestrutura”, afirmou.

Já Paloma Zimmer, especialista em Inteligência de Mercado da Softplan Setor Público, abordou os impactos das catástrofes climáticas na vida das pessoas e os desafios para a retomada das atividades empresariais. “Estamos operando 99% de forma remota e percebemos que os desafios atuais seguem criando novas oportunidades. Os eventos climáticos estão se tornando

mais frequentes. Precisamos de uma cultura digital robusta, considerando a vulnerabilidade dos data centers. É essencial estar atento ao armazenamento de dados na nuvem, que trazem maior segurança” concluiu.

Ao traçar um paralelo entre os efeitos climáticos no Chile e no Brasil, Augusto Robert, diretor de Assuntos Corporativos da CMPC Brasil, reiterou a importância de investir em sustentabilidade para mitigar impactos ambientais, especialmente após as chuvas de maio. “Um dos nossos pilares é aliar desenvolvimento e meio ambiente. Trabalhamos para expandir nossos investimentos calcados na conservação e preservação ambiental. Trabalhamos pela aumento da base florestal no RS e vamos seguir investindo em solo gaúcho, sempre alinhados aos conceitos de sustentabilidade, conservação ambiental e cultural, e produção industrial avançada”, destacou.

Após aporte bilionário realizado no RS, o assessor de Relações Institucionais da CEEE Equatorial, Júlio Eloi Hofer, também destacou como fundamental a realização de novos investimentos para reverter um cenário ainda mais desafiador após as enchentes. “É crucial investir na infraestrutura básica, especialmente neste período de reconstrução. As áreas rurais, que foram as mais desassistidas, precisam de atenção urgente. Em Porto Alegre, por exemplo, temos redes datadas de 1930 que precisam ser transformadas. E no interior, como em Jaguarí, a situação é ainda mais delicada. Só conseguiremos mudar esse cenário com investimentos em infraestrutura”, finalizou. ■

# Palestras marcaram evento

O XVI Congresso Estadual do MPRS contou com a participação de palestrantes convidados para três momentos da programação: a conferência de abertura, o fechamento do primeiro dia de debates e o encerramento do evento. Os mais de 700 congressistas que estiveram em Gramado lotaram o Teatro Lupicínio Rodrigues, no Centro de Eventos do Wish Serrano Resort, para acompanhar as palestras de Joel Avruch Goldenfum, Martha Gabriel e J.J. Camargo.



Foto: Rafael Cavalli

Congressistas lotaram o Teatro Lupicínio Rodrigues, no Centro de Eventos do Wish Serrano Resort, para acompanhar as palestras



## Joel Avruch Goldenfum

Intitulada "A Realidade Climática da Atualidade", a conferência de abertura foi ministrada pelo diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS e secretário executivo do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática do RS, professor doutor Joel Avruch Goldenfum, com mediação do vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, Fernando Andrade Alves.

Goldenfum iniciou a sua exposição revisando os eventos climáticos extremos registrados no Estado e destacando que a série histórica de inundações no Guaíba começou em 1889. No segundo semestre de 2023, por exemplo, em um curto intervalo, ocorreram três enchentes significativas, culminando com a maior cheia do Guaíba em maio. "Os fenômenos climáticos extremos estão se tornando mais recorrentes e o que surpreende é a velocidade com que isso está ocorrendo. Enfrentaremos anos mais úmidos no futuro, e eventos extremos, como secas e inundações, serão mais frequentes e intensos", alertou.

Ao abordar as deficiências no enfrentamento das cheias do Guaíba, o professor sublinhou a importância de se adotar uma abordagem preventiva em relação aos impactos climáticos. "Desastres relacionados ao clima se tornarão mais comuns e severos. Embora isso não seja novidade, há uma falta de crença em algumas pessoas. Em maio, as principais causas foram anomalias climáticas, mudanças no clima e uso inadequado do solo. É necessário restaurar as infraestruturas de proteção, estabelecer programas contínuos para a manutenção do sistema contra enchentes, além de formar equipes capacitadas para operar o sistema. Também é essencial educar a população através de iniciativas educativas e manter viva a memória dos eventos passados de enchentes", enfatizou o professor.

Ao término da palestra, houve uma sessão de perguntas e respostas entre o professor e os membros do Ministério Público, discutindo os impactos climáticos e as estratégias para mitigação.

## Martha Gabriel

Autora dos best-sellers "Liderando o Futuro", "Inteligência Artificial: do zero a superpoderes", "Marketing Na Era Digital", "Educação na Era Digital" e "Você, Eu e os Robôs", a escritora, pesquisadora, professora e palestrante Martha Gabriel foi a atração da conferência que fechou o segundo dia de programação científica do XVI Congresso Estadual do MPRS. Moderada pelo presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, a conferência "Inteligência Artificial e o Futuro da Sociedade" destacou os desafios e as possibilidades das novas ferramentas da era digital.

"A tecnologia não substituiu pessoas, ao menos imediatamente. Ela substitui atividades", ressaltou a palestrante. "A inteligência artificial funciona como se estivesse sendo adicionada uma nova camada em nosso cérebro. Com a IA, nosso cérebro tem um parceiro cognitivo", complementou, contando que, inclusive, faz o uso de muitas ferramentas atualmente disponíveis: "Uso IA para escrever meus livros, pesquisa, reviso, faço traduções, resumo parágrafos, emprego sinônimos, busco insights e estratégias. Hoje, você faz a mesma coisa, mas de maneira diferente".

Ao final da conferência, a palestrante destacou a importância do desenvolvimento do pensamento crítico em meio ao crescente uso da inteligência artificial. "Somente com ele é possível fazer as perguntas certas", afirmou. E, como mensagem para os congressistas, deixou uma reflexão: "O futuro não espera e não perdoa a falta de preparo. A gente tem que estar preparado".

*"Uma pessoa mediana empoderada por tecnologia torna-se melhor do que o maior especialista humano trabalhando sem tecnologia. Nós já aprendemos a pesquisar. Agora, precisamos aprender a perguntar".*



## J.J. Camargo

Diretor do Centro de Transplantes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, professor emérito de Cirurgia Torácica da Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSA) e pioneiro em transplante de pulmão na América Latina, J.J. Camargo fez a palestra de encerramento do XVI Congresso Estadual do Ministério Público com a mediação da vice-presidente de Jubilados da AMP/RS, Guacira Almeida Martins. De acordo com J.J. Camargo, que falou sobre "Viver com Sabedoria no Século XXI", "mais do que viver mais, temos que estar preocupados com a maneira como vamos viver".

J.J. Camargo arrancou risos da plateia ao elencar vantagens da velhice como a surdez seletiva, o fato de que o plano de saúde começa a valer a pena, o direito de ser tratado como prioridade por lei e o que ele apontou como uma vantagem triste: "Poder contar todos os seus segredos para o seus amigos porque eles irão esquecer no dia seguinte". Ele ainda citou uma contribuição à lista enviada por Zuenir Ventura – "é quando você acha que o corrimão é a maior invenção da humanidade" – e outra citada por Luis Fernando Verissimo – "é quando você precisa de três tentativas para levantar do sofá e quando levanta não lembra mais porque levantou".

Ao listar dicas para viver com sabedoria, J.J. Camargo ressaltou a importância de se variar a rotina, estudar idiomas, manter o hábito da leitura, ouvir música, exercer o direito de ser só e, enquanto tiver autonomia na velhice, não abandonar a sua casa. Evitar os fanáticos e os pessimistas também é parte da lista, bem como praticar esportes, não aceitar dietas rigorosas sem uma alternativa de prazer e não comentar os problemas com quem não possa resolvê-los. Ao encerrar a palestra, antes de ser aplaudido em pé pelos presentes, J.J. Camargo deixou uma última dica: "Não é o que temos que fazer para sermos felizes, é o que temos que fazer para merecer a felicidade".

*"Ter amigos confiáveis é um dos pré-requisitos da felicidade, já que a solidão é a doença mais prevalente da sociedade moderna".*



Foto: Caco Barzi

# Comissões e colegiados se reuniram em Gramado

Evento foi realizado no Centro de Convenções do Wish Serrano Resort, em Gramado

Como tradicionalmente acontece, o Congresso Estadual do Ministério Público gaúcho reuniu colegas de todo o País em uma extensa programação paralela que incluiu reuniões de comissões, colegiados e federações ao longo dos três dias de evento, assim como atividades culturais como o lançamento de livros.

## CONSELHO DELIBERATIVO DA CONAMP

A reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) contou com a participação presencial de 18 representantes de associações estaduais. O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, abriu o encontro dando as boas-vindas aos presentes e aos colegas que participaram virtualmente. "Destaco o apoio constante da CONAMP e a solidariedade de todos os membros do Conselho Deliberativo, especialmente em face dos desafios que enfrentamos em maio", afirmou. Reiterando o apoio da CONAMP ao Rio Grande do Sul, o presidente da entidade, Tarcísio Bonfim, destacou a relevância da realização do congresso em meio ao processo de recuperação do Estado. "É essencial estarmos ao lado da AMP/RS e do presidente João Ricardo, colaborando para o fortalecimento do nosso Ministério Público neste período de reconstrução", afirmou.



Foto: Rafael Cavalli

## COMISSÃO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A Comissão Nacional de Aposentados e Pensionistas da CONAMP realizou, em Gramado, a primeira reunião de trabalho do biênio 2024-2026. A vice-presidente de Jubilados da AMP/RS e coordenadora da Comissão, Guacira Almeida Martins, deu as boas-vindas aos mais de 20 colegas que participaram presencialmente do encontro e àqueles que estiveram na agenda de forma virtual. "É extremamente gratificante ver os colegas aqui, especialmente aqueles que vieram de longe e enfrentaram diversas dificuldades para estarem reunidos conosco", afirmou.



Foto: Cleiton Thiele

## COMISSÃO NACIONAL DAS MULHERES

A segunda reunião da Comissão de Mulheres da CONAMP no biênio 2024-2026 foi realizada em Gramado com a condução da coordenadora do grupo, Deluse Amaral Rolim Florentino. Durante a reunião, entre outros temas, foram debatidos os desafios relacionados à proteção da integridade de mulheres e crianças abrigadas em meio a tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul.



Foto: Cleiton Thiele

## REUNIÃO DA FACE-RS

A Federação das Associações das Carreiras de Estado do Rio Grande do Sul (FACE-RS) se reuniu sob a condução do presidente da FACE-RS e da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares. Também participaram do encontro o vice-presidente da FACE-RS, Cláudio Martinewski; a presidente da Apergs, Roselaine Rockenbach, acompanhada do vice-presidente de Núcleos, Carlos Henrique Kaipper, e da vice-presidente para Assuntos Institucionais, Patrícia Bernardi Dall'Acqua; o presidente da Afisvec, Eduardo Jaeger, acompanhado do vice-presidente institucional, Marcelo Ramos de Mello; o presidente da ASDEP, Guilherme Wondracek; e o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz.



Foto: Caco Barzi

**REUNIÃO CNCGMPEU**

Foto: Cleiton Thiele



Em Gramado, o corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa, abriu a 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU). A reunião contou com a presença da presidente do colegiado, corregedora-geral do Ministério Público do Amazonas, Sílvia Abdala Tuma, acompanhada pela corregedora-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul e vice-presidente do CNCG, procuradora de Justiça Eva Margarida Brinques de Carvalho. O encontro abordou temas relevantes e incluiu três palestras sobre a atuação das Corregedorias no estágio probatório, a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes institucionalizados e a reaproximação do Ministério Público com a sociedade por meio da neurociência.

**REUNIÃO CNOMP**

Foto: Cleiton Thiele



Sob a condução da ouvidora-geral Jussara Maria Pordeus e Silva e com a presença do ouvidor do Ministério Público gaúcho, Mauro Henrique Renner, o Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP) realizou, em Gramado, a sua 24ª Reunião Extraordinária. Durante o encontro, foram apresentadas duas palestras: "A atuação do Ministério Público frente às Dimensões da Sustentabilidade", ministrada pelo subprocurador-geral para Assuntos Institucionais do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Paulo Antônio Locatelli; e "Sustentabilidade e Mudanças Climáticas: Papel do Ministério Público", apresentada pelo procurador-geral de Justiça do RS, Alexandre Saltz.

**REUNIÃO CDEMP**

Realizada em formato híbrido, a reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) contou com a participação da diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP do Rio Grande do Sul (CEAF), Ana Maria Moreira Marchesan; do presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Fábio Roque Sbardelotto; e de representantes das Escolas e CEAFs de todo o Brasil. Durante o encontro, foi formado um grupo de trabalho para coordenar atividades conjuntas com outras instituições de ensino ligadas ao Ministério Público.



Foto: Cleiton Thiele

**SESSÃO DE AUTÓGRAFOS**



Foto: Cleiton Thiele

Um coquetel especial ao som do Quarteto Cinnamon Jazz marcou a sessão de autógrafos que reuniu os autores das obras lançadas durante o XVI Congresso Estadual do MPRS. Na ocasião, foi lançado o livro produzido pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), "Direito Penal Contemporâneo: Escritos em Homenagem aos 40 Anos da Nova Parte Geral do Código Penal", organizado por Michael Schneider Flach.



# Tribuna Livre

## Espaço para teses e manifestações

O procurador de Justiça aposentado e ex-presidente da AMP/RS, Delmar Pacheco da Luz, foi um dos oito colegas que ocuparam a Tribuna Livre

Tradicionais momentos do Congresso Estadual do MPRS, apresentação de teses e tribuna livre fizeram parte da programação científica do evento

A programação científica do XVI Congresso Estadual do Ministério Público incluiu dois momentos tradicionais na história do evento: a Tribuna Livre e a Apresentação de Teses.

### TRIBUNA LIVRE

Fizeram uso da palavra na Tribuna Livre os seguintes colegas: o procurador de Justiça aposentado Claudio Bonatto; o promotor da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, Guilherme Montenegro; o procurador de Justiça aposentado e ex-presidente da AMP/RS, Delmar Pacheco da Luz; o procurador de Justiça aposentado e ex-

presidente da AMP/RS, Paulo Emilio Jenisch Barbosa; o promotor de Justiça da Promotoria de Santa Cruz do Sul, Erico Fernando Barin; o promotor de Justiça da Promotoria de Pelotas, José Alexandre Zachia Alan; o promotor da Promotoria de São Jerônimo, Roberto Carmai Duarte Alvim Junior; e o promotor de Justiça da Promotoria de Caxias do Sul, Luiz Carlos Pra.

### TESES

Após a Tribuna Livre, foram apresentadas seis teses, sendo todas aprovadas.

### CARTA DE GRAMADO

Após a Tribuna Livre e a Apresentação das Teses, a Carta de Gramado, documento que compilou as reflexões resultantes dos debates ocorridos durante o XVI Congresso Estadual do MPRS, foi lida em plenário pelo vice-presidente administrativo e financeiro da AMP/RS, Fernando Andrade Alves.



## TESES APROVADAS NO XVI CONGRESSO ESTADUAL DO MPRS



### **“Ministério Público do Século XXI: Implantação dos Projetos Regionais Digitais nas Promotorias de Justiça Especializadas do Estado do Rio Grande do Sul”**

A proposta visa modernizar a Instituição através de 25 iniciativas, adotando uma abordagem conciliadora e colaborativa para enfrentar desafios complexos e promover a transformação social.

Claudio Antonio Rodrigues Estivalet



### **“A segurança pública como direito fundamental e suas consequências práticas”**

A defesa da segurança pública como um direito essencial fundamenta a análise, que sugere uma abordagem integrativa e medidas eficazes contra a criminalidade, com ênfase na cooperação internacional e na proteção dos direitos individuais.

Guilherme Montenegro



### **“A infiltração online por meio de malware (policeware) é meio de prova lícito e eficaz no combate às organizações criminosas, à pedofilia e ao cibercrime”**

A pesquisa examina a utilização dessa técnica legítima e eficaz para combater o cibercrime, permitindo acesso a dados ocultos sob rigorosa supervisão judicial.

### **“O Ministério Público pode ajuizar ação de dano moral coletivo contra os bancos com fundamento no fato do serviço pelos danos causados pela abertura de contas online e realização de transações PIX”**

A tese aborda a responsabilidade dos bancos por fraudes financeiras decorrentes de falhas de segurança e justifica ações coletivas para reparação de danos.

Roberto Carmai Duarte Alvim Junior



### **“Gestão de riscos de desastres – atuação do MPRS”**

A tese defende que o Ministério Público deve priorizar a gestão de riscos e a prevenção de danos em resposta ao aumento de desastres socioambientais decorrentes das mudanças climáticas.

### **“Elementos para a Gestão de Riscos de Desastres – Atuação do MP”**

A proposta destaca que a Instituição deve integrar variáveis climáticas e antrópicas na gestão de riscos, combinando medidas estruturais e não estruturais com foco nas bacias hidrográficas.

Ximena Cardoza Ferreira



# “Em tempos de desafios e incertezas, manter uma classe coesa é fundamental”

João Ricardo Santos Tavares na sede administrativa da AMP/RS

Foto: Leonardo Beif

Presidente da AMP/RS na retomada pós-pandemia de Covid-19 e na reconstrução do Rio Grande do Sul pós-enchentes, João Ricardo Santos Tavares se despede da entidade deixando como principal legado o fortalecimento da união entre os membros do Ministério Público

**E**m 20 de novembro de 2020, no auge da pandemia de Covid-19, João Ricardo Santos Tavares foi eleito para o seu primeiro mandato como presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS). À época, recebeu a maior votação já obtida por uma chapa em toda a história da Associação, com 814 votos dentre 844 eleitores. Dois anos depois, em 11 de novembro de 2022, João Ricardo foi reeleito, outra vez com ampla aprovação da classe, chegando a 94% dos votos.

Foram muitos os desafios enfrentados ao longo dos últimos quatro anos. João Ricardo conduziu a AMP/RS em meio à pandemia que matou milhões de pessoas em todo o mundo e foi o presidente durante as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul. Era ele quem estava à frente da entidade no momento em que o Ministério Público era duramente alvejado por projetos de leis que tinham como objetivo ferir sua autonomia e independência.

Sem nunca perder de vista o ideal que o levou à presidência da AMP/RS – o diálogo e a união entre os membros do Ministério Público gaúcho – João Ricardo liderou dois congressos com a maior participação de inscritos já realizados pela entidade em toda a sua história: o XV Congresso Estadual do MPRS, que marcou a retomada dos encontros presenciais após a pandemia, e o XVI Congresso Estadual do MPRS, realizado em meio à reconstrução do Estado após as enchentes de maio de 2024. Nesta entrevista à Revista Réplica, João Ricardo faz um balanço dos seus dois mandatos e ressalta a união da classe como o principal legado a ser deixado para as próximas gerações.

## Quais foram os principais desafios enfrentados nas suas duas gestões à frente da AMP/RS?

Entre os desafios mais significativos que enfrentamos estão, sem dúvida, a pandemia e as enchentes. A pandemia trouxe à tona a necessidade de adaptarmos nossos serviços de maneira rápida e eficiente, garantindo que nossos associados continuassem recebendo o suporte necessário, mesmo em um momento de crise. A gestão à distância, a organização de eventos virtuais e a comunicação eficaz foram essenciais para superar esse período. Já as enchentes atingiram a sede da nossa Associação e exigiram um esforço monumental da nossa equipe, não apenas para garantir a segurança do patrimônio, mas também para realizar a recuperação do espaço afetado. Isso representou um teste de resiliência e dedicação para todos nós. A equipe se uniu de maneira admirável para enfrentar esses desafios, mostrando que a força da nossa entidade está na colaboração e no comprometimento de cada membro.

## Quais foram os principais avanços conquistados nestes últimos quatro anos?

Um dos principais avanços foi a derrubada da PEC 5, que ameaçava a estrutura e a autonomia do Ministério Público ao propor mudanças na composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Essa PEC não apenas comprometia a independência funcional dos membros da Instituição, mas também poderia ter um efeito dominó, afetando a credibilidade do nosso trabalho. Além disso, aprovamos diversos projetos de lei que resultaram na elevação das entrâncias para o

fortalecimento da carreira. Este avanço foi o resultado de um evento de discussão que promovemos, no qual conseguimos agregar as demandas e as necessidades dos nossos membros. Outro ponto em que ainda estamos trabalhando é a equiparação dos vencimentos dos membros do Ministério Público em nosso Estado em relação a outros estados, um tema que, embora tenha visto avanços com o reconhecimento de vários direitos que não tínhamos, ainda demanda nossa atenção contínua para que possamos resolver as pendências.

*“Durante a minha gestão, mantivemos a Associação como um espaço acolhedor, onde todos os que ingressaram no Ministério Público foram convidados a se associar.”*

**Como o senhor avalia ambos os congressos realizados durante sua gestão?**

Foram momentos marcantes, não apenas para a Associação, mas também para toda a comunidade jurídica. O XVI Congresso, em particular, foi um desafio enorme, pois, além de ter sido executado em um período muito curto, ocorreu em meio às dificuldades trazidas pós-enchentes. Conseguimos reunir um número expressivo de participantes (701), mostrando o interesse e a confiança que a classe deposita na Associação. Tivemos colegas de outros estados, reforçando a importância da troca de experiências e do fortalecimento das redes profissionais. Esse evento não foi apenas uma oportunidade de aprendizado, mas também uma celebração da nossa união e resiliência. O planejamento cuidadoso e a dedicação de toda a equipe foram fundamentais para o sucesso dos congressos, e sinto que eles realmente fortaleceram a nossa posição no cenário nacional.

**Qual é sua visão sobre o futuro do Ministério Público e seus principais desafios?**

Vejo o futuro do Ministério Público como um campo repleto de oportunidades, mas, também, de desafios significativos. O maior deles, na minha perspectiva, é a necessidade de mantermos uma conexão real e efetiva com a sociedade. Se nos distanciarmos das comunidades que servimos, comprometeremos nossa própria legitimidade e relevância. A transparência, a acessibilidade e o diálogo são essenciais.

Além disso, devemos abraçar as inovações tecnológicas, como a inteligência artificial, que podem aprimorar nossa atuação, mas sempre com o cuidado de não perdermos o contato humano que é fundamental para a nossa função. A humanização do nosso trabalho deve ser uma prioridade, pois é através do relacionamento que construímos a confiança necessária para desempenhar nosso papel de forma eficaz.

**Qual é o principal legado que suas gestões deixam para a Associação e para o Ministério Público?**

Acredito que o principal legado é a promoção da união entre todos os membros do Ministério Público. Em tempos de desafios e incertezas, manter uma classe coesa é fundamental. Temos 1.050 associados, com uma faixa etária de 25 a 90 anos, cada grupo com suas próprias preocupações e realidades. O impacto das reformas previdenciárias, por exemplo, criou diferenças significativas entre essas gerações. O nosso objetivo sempre foi ser o elo entre elas, promovendo a inclusão e a solidariedade. Durante a minha gestão, mantivemos a Associação como um espaço acolhedor, onde todos os que ingressaram no Ministério Público foram convidados a se associar. Acredito que essa continuidade e essa construção coletiva são essenciais para o futuro, e espero que as próximas gerações valorizem e cultivem essa união.

*“Ser eleito presidente da Associação é, sem dúvida, uma honra imensa e uma responsabilidade que levei muito a sério.”*

**Que mensagem o senhor gostaria de deixar ao final deste segundo mandato?**

Ser eleito presidente da Associação é, sem dúvida, uma honra imensa e uma responsabilidade que levei muito a sério. Esse cargo é o resultado de uma escolha coletiva dos nossos membros ativos e aposentados, e essa unanimidade na escolha foi uma grande homenagem. Ao longo das minhas gestões, enfrentei muitos desafios e obstáculos, mas sempre tive o apoio da equipe e da classe, que foi fundamental para a superação desses momentos difíceis. Me sinto grato por contribuir para a construção de soluções que visam não apenas o fortalecimento do Ministério Público, mas também o bem-estar dos nossos associados. Acredito que, juntos, podemos continuar a construir um futuro melhor para todos nós, sempre mantendo a união como nosso maior legado. ■

# Quatro anos em oito imagens

A Revista Réplica solicitou ao presidente João Ricardo Santos Tavares que elencasse, em imagens, os momentos mais marcantes dos quatro anos de gestão à frente da AMP/RS



Foto: Divulgação

## ELEVAÇÃO DE ENTRÂNCIAS

O presidente da AMP/RS acompanha sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do RS, que, em 2023, apreciou os projetos que tratam da elevação de 15 comarcas e promotorias de entrância inicial para entrância intermediária, além de 11 comarcas e promotorias de entrância intermediária para entrância final.



Foto: Divulgação

## MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 05/2021

João Ricardo discursa durante ato público realizado em 13 de outubro de 2021 contra a Proposta de Emenda à Constituição n.º 05/2021. A proposta, que foi derrubada após ampla mobilização nacional, alterava a composição do Conselho Nacional do Ministério Público e comprometia a independência funcional dos membros.



Foto: Divulgação

## S.O.S CHUVAS

João Ricardo entrega doações de fogões para as vítimas das cheias no Vale do Taquari, em setembro de 2023.



Foto: Divulgação

## PARCEIROS NAS DIRETORIAS EXECUTIVAS

Posse da diretoria executiva 2020-2022. Da esquerda para a direita: Cláudio Barros Silva, Alessandra Moura Bastian Cunha, André de Azevedo Coelho, João Ricardo Santos Tavares, Fernando Andrade Alves, Karina Bussmann e Henrique Rech Neto.



Foto: Divulgação

## POSSE NA CONAMP

O presidente da AMP/RS durante a posse como diretor financeiro da CONAMP para o biênio 2024/2026.



Foto: Rafael Cavalli

Diretoria executiva 2022-2024 no XVI Congresso Estadual do MPRS. Da esquerda para a direita: Fernando Andrade Alves, Guacira Almeida Martins, André de Azevedo Coelho, João Ricardo Santos Tavares, Karine Camargo Teixeira, Márcia Villanova e Henrique Rech Neto



Foto: Divulgação

## CONGRESSOS ESTADUAIS

João Ricardo dá as boas-vindas aos participantes do XV Congresso Estadual do MPRS, em 2022, e do XVI Congresso Estadual do MPRS, em 2024.





# Fragmentos da nossa história

por Claudio Barros Silva

Procurador de Justiça aposentado, ex-Presidente da AMPRS e ex-Procurador-Geral de Justiça

Convidado a escrever para o nosso Réplica, não poderia deixar de refletir sobre o recente XVI Congresso Estadual do Ministério Público, em razão de sua importância, grandiosidade, efetiva participação dos colegas e qualidade dos assuntos abordados.

Nos mais de quarenta anos dedicados ao Ministério Público e militante da causa associativa, aprendemos, com o exemplo dos nossos colegas, no exercício das funções ou aposentados, a compreender as razões de termos uma grande Instituição de Estado, que deixou de ser um apêndice de governos, para estar ao lado dos Poderes, com autonomias e garantias, com o fim, até, de fiscalizá-los.

Entramos na Instituição sob os auspícios da Lei Complementar 40/81, a Lei Orgânica do Ministério Público, de 14 de dezembro de 1981, hoje comemorada como Dia Nacional do Ministério Público. Pela Lei Complementar, passamos a experimentar uma série de gravíssimas mudanças, como a exclusividade da titularidade da ação penal pública, o fim do promotor “ad hoc”, o término da defesa judicial do Estado, a imposição de carreira idêntica à magistratura, além de garantias funcionais e institucionais, isonomias, direitos e deveres, e prerrogativas, entre outras. Esta Lei Complementar foi a base para a discussão preparatória ao processo constituinte no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Logo, na metade da década de oitenta, nos debruçamos nas discussões e aprovação da Lei da Ação Civil Pública, que conferiu ao Ministério Público a iniciativa de proteção dos interesses difusos, um novo campo de atuação, especialmente viabilizando o acesso à justiça na tutela do meio ambiente, do consumidor, e de bens e direitos de valor histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico.

Com o movimento das chamadas eleições diretas e de uma nova Constituinte, terminamos a década de oitenta profundamente envolvidos com as mudanças democráticas. O Ministério Público preparou-se para o processo constituinte, fazendo a discussão prévia do seu projeto, e participou dos debates no âmbito da discussão política, convicto de suas posições e necessidades. Não há dúvidas sobre os avanços que alcançamos, com autonomias reconhecidas, iniciativa de leis, escolha da chefia, garantias funcionais e institucionais, tratamentos isonômicos, deveres, vedações e princípios, mas especialmente o reconhecimento da nossa importância, por sermos uma Instituição permanente e essencial à função jurisdicional, com funções, até então inimagináveis, de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses indisponíveis, sejam sociais ou individuais, com funções institucionais de defensor do povo, de exclusividade da titularidade da ação penal pública, de exclusividade de instauração do inquérito civil para o ajuizamento da ação civil pública, bem como do controle da constitucionalidade, entre outras funções.

Este novo perfil institucional serviu de desafio à nossa geração. Replicamos as dificuldades de sempre nos Parlamentos e nos acertos com os Poderes do Estado, nos trabalhos nas Constituições estaduais, nas Leis Federais que foram feitas para fazer valer a ordem constitucional, como a Lei de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei do Mercado de Capitais, bem como as leis de organização do Ministério Público, a Lei nº 8.625/93 e a Lei Complementar nº 75/93. Enfrentamos desafios extremamente difíceis neste período, especialmente consequentes de Propostas de Emendas Constitucionais, como as Administrativas, as da Previdência, as do Judiciário e do Ministério Público. Todas, de alguma forma, deixaram marcas no serviço público e, por consequência, nos membros da Instituição.

Se olharmos hoje, há um reconhecimento da importância e da grandeza do Ministério Público. O que o nosso Congresso Estadual procurou destacar reproduz a importância da nossa Instituição no Estado contemporâneo, como órgão autônomo do Estado. Se focarmos na maior tragédia vivenciada no nosso Rio Grande, tema central do evento, com suas consequências ainda sendo enfrentadas, o nosso povo reconhecerá a importância de cada membro do Ministério Público em cada canto do nosso Estado, bem como a generosidade dos colegas do Ministério Público brasileiro. Esta é a nossa Instituição, fortalecida pela união e pelo trabalho incansável de cada um dos nossos colegas, dedicados à nossa causa.

Mas este longo caminho, de mais de quarenta anos, não está pronto e acabado. A cada dia, somos surpreendidos com novos embates e novos enfrentamentos. As dificuldades de ontem devem ser conhecidas e compreendidas, mas as de hoje e as que ainda enfrentaremos são as que nos alimentam ou nos desafiam.

Se olharmos para os movimentos de organização institucional, veremos que, bem antes da Lei Complementar 40/81, nos organizamos em associações estaduais e criamos a CONAMP, a grande responsável por toda esta história muito resumida. Em dezembro de 1970, em Teresópolis (RJ), nossas associações lançaram a Carta de Princípios, que deu origem à Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público, a CAEMP, transformada posteriormente em CONAMP, criada em Ouro Preto (MG), em maio de 1971. Em Porto Alegre, em outubro de 1981, foi criado o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, sendo o nosso colega Mondercil Paulo de Moraes seu primeiro presidente. Tudo, exatamente tudo, que aconteceu no âmbito do Ministério Público brasileiro foi pensado, discutido e gerido, nos Estados, por nossas associações de classe e, em âmbito nacional, pela CONAMP, especialmente, e pelo CNPG.

Que congressos como o que realizamos, com a efetiva participação dos colegas, sirvam às gerações futuras como fonte de sabedoria para os enfrentamentos e o aperfeiçoamento do nosso Ministério Público. ■

## Liberdade de imprensa é fundamental

A eleição deste ano ensejou um procedimento inusitado e fundamental: a defesa da verdade será um compromisso da imprensa e da Justiça. Um Termo de Compromisso foi assinado pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, desembargador Voltaire de Lima Moraes, e pela presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Laura Santos Rocha.

Está firme o propósito de manter a salvaguarda da liberdade da atividade jornalística, ao estar reconhecida a missão de levar à sociedade informações fidedignas sobre fatos, sendo de suma importância proteger a verdade para a consolidação da democracia. Restou muito claro que defender a atividade dos jornalistas é o mesmo que defender o direito e a verdade.

Sinto-me feliz com a visita que tive do compromisso entre o TRE e os jornalistas. Os partidos políticos estão sendo conclamados a assumir a defesa da liberdade de imprensa e deverão condenar publicamente qualquer forma de violência

**Cláudio Brito**

Promotor de Justiça jubilado e jornalista



Foto: Arquivo pessoal

contra jornalistas, comunicadores e demais trabalhadores da imprensa, não incitando que seus apoiadores ofendam, ataquem ou agridam tais profissionais.

O relevante do compromisso entre Justiça e jornalistas é a missão de ensinar absoluta segurança para o desempenho da elevada função jornalística de buscar a verdade antes e acima de tudo. O inusitado é que tal compromisso jamais havia sido objeto de um verdadeiro tratado, como agora.

Com atuações profissionais nos dois âmbitos, reitero minha felicidade em poder repercutir o que agora é certo: a verdade será patrimônio de jornalistas e de operadores do Direito em perfeito equilíbrio de responsabilidades. Sou grato ao destino e festejo, irmanado aos estimados leitores e estimadas leitoras de nossa Réplica. ■

## Afirmação das Mulheres no Ministério Público

Quando uma mulher tem a oportunidade de ocupar um espaço público, ela deve se esforçar para fazê-lo, apesar de sua jornada dupla ou tripla, e das múltiplas funções que desempenha. Este texto está sendo produzido sob esse esforço e vontade de ocupar o espaço importante que me foi concedido, de dar voz a uma mulher, e com isso inspirar que outras façam o mesmo. Porque ainda o lugar de cuidado do lar e da família é atribuído às mulheres, sendo o desempenho da profissão um espaço a ser conquistado e mantido com perseverança, pois, a todo momento, nossa capacidade de lidar com os vários papéis é colocada à prova. Enquanto os homens têm liberdade e tranquilidade para desempenhar suas atividades profissionais, justamente por contar com a retaguarda de suas mulheres, nós temos que enfrentar desafios diários para viabilizar essa retaguarda e, ao mesmo tempo, nossa vida profissional.

No Ministério Público não é diferente. Ainda vemos a maioria dos cargos de liderança e chefia serem ocupados por homens, embora muitas mulheres façam parte das equipes desses colegas. Não é à toa que, ao longo da nossa história, tenhamos tido apenas uma Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Simone Mariano da Rocha, que muito nos honra e nos inspira com sua coragem e protagonismo. Não podemos deixar de lembrar que, não há muito tempo, mulheres não eram admitidas na carreira, e as primeiras que trilharam esse caminho sentiram na pele o preconceito e a

**Angela Dal Pos**

Escritora, diretora do Departamento Cultural da AMP/RS e promotora de Justiça

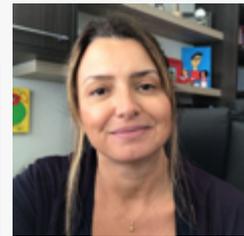


Foto: Divulgação

dificuldade de serem reconhecidas como capazes e competentes. De lá para cá, já evoluímos muito e atingimos a paridade em número de mulheres que ingressam na carreira. Porém, ainda são poucas as que exercem cargos de chefia e liderança na Instituição, por competirem diretamente com os papéis na esfera doméstica, que não são reconhecidos e que nos sobrecarregam tanto.

Mais recentemente, por meio do Conexão Mulher da AMP/RS, estamos nos dando conta da necessidade de nos unirmos, refletirmos sobre nossa condição, ampliarmos nossa participação política e buscarmos direitos que garantam desempenhar com mais eficiência nossa carreira e os demais papéis. Construir um Ministério Público em que as decisões sejam tomadas de forma equânime por homens e mulheres, com um olhar voltado para os direitos destas, é um caminho profícuo para nossa Instituição, com ganhos para toda a sociedade.

## A invasão dos bárbaros

**Mário  
Cavaleiro  
Lisbôa**

Procurador  
de Justiça  
jubilado



Foto: Robson Hermes

Zé das Vacas era um devasso. Pelo menos esse era seu conceito entre as pessoas mais chegadas. Ocorre que esse tal de Zé era conhecido como das Vacas em virtude de possuir um tambo de leite. Mas havia outra coisa: corria um comentário de que ele era amante de suas vacas, imaginem só! E como possuía quatro vacas, as más línguas diziam que ele tinha um harém de vacas. E que tinha ciúme do touro do vizinho, por isso mantinha bem reforçada a cerca divisória das propriedades. “E se ele engravidar uma vaca?”, perguntou alguém um dia. A pergunta causou espécie. Ninguém sabia se isso seria possível. O certo é que suas vacas pareciam estar satisfeitas com a vida que levavam, pois produziam muito mais leite que o normal. Infelizmente, o boato não era de todo infundado; havia testemunhas que juravam haver flagrado Zé das Vacas em situação constrangedora. A sorte de Zé das Vacas é de que vaca não fala.

Seu amigo Libório Macedo não tinha interesse algum em vacas. Seu problema estava no campo da honestidade. Ele praticava desonestidades às mais variadas e nos mínimos detalhes. Quando ia servir-se num restaurante a quilo, esses em que o cliente coloca a comida no prato e pesa antes de comer, Libório, invariavelmente, antes de colocar o prato na balança, consumia algum alimento mais pesado. Ao postar o prato na balança, ele já ia mastigando. O alimento que estava na boca não podia ser pesado, claro. As garfadas transformavam-se em bocados gratuitos. Libório não resistia à tentação de tirar algum proveito quando a oportunidade aparecesse. E usava de toda a imaginação e arte para tal. Tanto era assim, que os amigos e os desafetos o chamavam de Libório Perigoso. Ele não se preocupava com isso; na verdade, até sentia um pouco de orgulho de sua fama, sua esperteza. Um golpe aqui, um engodo ali; muitas vezes dava certo; outras, nem tanto; mas ele sentia-se muito bem em sua vida de solavancos.

Zé das Vacas e Libório Perigoso eram amigos de Jandir Bastos. Este tal de Jandir tinha algum problema referente à inveja. Sofria de inveja generalizada. Queria porque queria ser o que não era e ter o que não tinha. Mas isso não é possível, que droga, pensava. E ficava triste, deprimido. Tinha um constante olhar de lamento. Em virtude disso, foi apelidado de Jandir Inveja. Coitado, pensavam todos, o sofrimento dele não tem cura. Jandir não perdia oportunidade de praticar a inveja. Chegou ao ponto de invejar a inveja, quando certo dia encontrou outro invejoso. Ocorre que este outro cultivava uma inveja que ele não havia imaginado; ah, mas que boa ideia, pensou Jandir. Invejou a inveja do outro e ao mesmo tempo roubou sua ideia. Inveja não pode ser patenteada; uma vez revelada, torna-se de domínio público. Qualquer um pode cultivá-la como bem entender.

Entre os amigos desse grupo, havia Fúlvio Cordeiro. Ninguém poderia ser mais ingênuo que Fúlvio. Ele acreditava em tudo e em todos. Certa vez, Fúlvio recebeu um telefonema desses em que uma pessoa pede dinheiro dizendo ser seu filho e que está sendo sequestrado. Fúlvio não titubeou e rapidamente depositou a quantia que lhe fora exigida na conta informada. Ao revelar para os amigos o que lhe acontecera, eles esclareceram para Fúlvio que este havia caído num golpe muito comum. E ficaram pasmos com tudo aquilo, pois Fúlvio nem filho tinha. Mas Fúlvio não se abalou, explicando que enviara o dinheiro por questão de segurança, pois um homem nunca pode saber se possui um filho desconhecido. Ah, bom! limitou-se a dizer um dos amigos.

Loreno Peçanha era um mentiroso mórbido. Estava sempre narrando episódios incríveis. Era tão bom nisso, que os amigos, mesmo sabendo que era tudo balela, gostavam de ouvi-lo, como as histórias do gato que imitava um papagaio e a da galinha que piscava para a frente.

Fausto Almeida era um raivoso raiz. Estava sempre de mal com o mundo. Se perguntassem para Fausto quanto são dois mais dois, ele responderia: eu sei que são quatro, mas isso me irrita. Era um fio desencapado. Fazia parte da turma. Assim como outras pessoas singulares.

Entusiasmados com o tumulto que viam na internet, Zé das Vacas, Libório Perigoso, Jandir Inveja, Fúlvio Ingênuo, Fausto Raivoso, Silas Radical, Wilson Desordeiro, Matias Ignóbil, Loreno Mentiroso, Lucas Fanático e Didi Voluntarioso decidiram não ficar de fora dessa festa. Dando vazão aos seus problemas internos, resolveram criar um site para disseminar ideias criativas, atacando a tudo e a todos, independente das consequências disso. Designaram Loreno Mentiroso para coordenar os trabalhos. Fazendo um brinde, disseram alto e bom som: danem-se a sociedade organizada, a paz social e o convívio civilizado; vamos destruir Roma, determinando que o mundo regresse novamente à Idade Média! ■





ASSOCIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
RIO GRANDE DO SUL



Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501  
Praia de Belas - CEP 90050-191  
Porto Alegre (RS)  
Telefone: (51) 3254.5300  
[www.amprs.com.br](http://www.amprs.com.br)

